

**Nota dos professores do Departamento de  
Filosofia da Universidade Federal Fluminense (GFL-UFF)**

Nós, abaixo assinados, docentes do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (GFL/UFF), manifestamos nossa preocupação com a seriíssima ameaça de retrocesso dos direitos sociais, em especial nas áreas da educação e da saúde, representada pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no. 241, que, aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, passa a tramitar no Senado Federal como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no. 55.

Como é sabido, a referida PEC prevê a limitação das despesas do governo federal, com cifras corrigidas apenas pela reposição da inflação, por até vinte anos, independentemente de um eventual crescimento da economia, sem prever nenhuma cláusula de escape, mas mantendo intocáveis os gastos relativos ao pagamento dos juros da dívida pública. Em nosso entender, trata-se de uma proposta que incidirá de modo perverso sobre as receitas destinadas às políticas sociais, inviabilizando a efetiva gestão orçamentária por parte de futuros governos eleitos e excluindo do debate público, entre outras coisas, a importante discussão sobre uma reforma tributária que torne mais justo o sistema brasileiro de cobrança de tributos.

Some-se a isso o fato de que a proposta, de iniciativa do Poder Executivo, está em flagrante desacordo com o programa político e econômico chancelado pela maioria dos cidadãos brasileiros no pleito presidencial de 2014 e, na opinião de alguns juristas, pode vir a representar, em caso de sua aprovação, a revogação, na prática, do pacto social celebrado e expresso na Constituição de 1988, carta constitucional que consagra direitos sociais fundamentais, mormente no tocante à educação e saúde públicas.

Confirma ainda o ataque à educação pública o fato de este mesmo governo, ao arrepio do diálogo democrático e da discussão ampla com os setores interessados, pretender implementar uma reforma educacional do ensino médio por meio da Medida Provisória 746/2016, que prevê a redução drástica do papel da Filosofia e da Sociologia na formação de nossos jovens, ignorando o debate já em curso nas redes de ensino, nas universidades, nos movimentos sociais e nos diferentes segmentos da sociedade historicamente comprometidos com a educação pública brasileira, violando o Plano

Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nesse sentido, saudamos a iniciativa dos movimentos de ocupação das instituições de ensino pelos estudantes secundaristas e universitários, bem como os protestos deflagrados pelos setores envolvidos na luta pela educação pública de qualidade, e condenamos com veemência a repressão violenta que tem se abatido sobre os que se manifestam publicamente contra políticas e medidas antidemocráticas, antipopulares e que terão efeitos devastadores para a manutenção, a expansão e a democratização do acesso ao ensino e à saúde públicos em nosso país.

Niterói, 28 de novembro de 2016.

Alexandre da Silva Costa

André Constantino Yazbek

Bernardo Barros Coelho de Oliveira

Carlos Diógenes Tourinho

Celso Martins Azar Filho

Claudio Oliveira da Silva

Danilo Marcondes de Souza Filho

Diogo de França Gurgel

José Maria Arruda

Luís Antônio Cunha Ribeiro

Luís Felipe Bellintani Ribeiro

Marcus Reis Pinheiro

Mariana de Toledo Barbosa

Patrick E. C. Pessoa

Paulo Sergio Faitanin

Pedro Sússekind

Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto

Tereza Cristina B. Calomeni

Vladimir Menezes Vieira